



2º Simulado Especial

# TRF 5

Analista Judiciário

Área Judiciária

# Simulado

Simulado Especial TRF-5 (Analista Judiciário - Área Judiciária)

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Judiciária do TRF-5**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

## PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/5La2HL1ExeQXpijP6>

- |                      |                      |                      |                      |                      |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A) (B) (C) (D) | 13 - (A) (B) (C) (D) | 25 - (A) (B) (C) (D) | 37 - (A) (B) (C) (D) | 49 - (A) (B) (C) (D) |
| 02 - (A) (B) (C) (D) | 14 - (A) (B) (C) (D) | 26 - (A) (B) (C) (D) | 38 - (A) (B) (C) (D) | 50 - (A) (B) (C) (D) |
| 03 - (A) (B) (C) (D) | 15 - (A) (B) (C) (D) | 27 - (A) (B) (C) (D) | 39 - (A) (B) (C) (D) | 51 - (A) (B) (C) (D) |
| 04 - (A) (B) (C) (D) | 16 - (A) (B) (C) (D) | 28 - (A) (B) (C) (D) | 40 - (A) (B) (C) (D) | 52 - (A) (B) (C) (D) |
| 05 - (A) (B) (C) (D) | 17 - (A) (B) (C) (D) | 29 - (A) (B) (C) (D) | 41 - (A) (B) (C) (D) | 53 - (A) (B) (C) (D) |
| 06 - (A) (B) (C) (D) | 18 - (A) (B) (C) (D) | 30 - (A) (B) (C) (D) | 42 - (A) (B) (C) (D) | 54 - (A) (B) (C) (D) |
| 07 - (A) (B) (C) (D) | 19 - (A) (B) (C) (D) | 31 - (A) (B) (C) (D) | 43 - (A) (B) (C) (D) | 55 - (A) (B) (C) (D) |
| 08 - (A) (B) (C) (D) | 20 - (A) (B) (C) (D) | 32 - (A) (B) (C) (D) | 44 - (A) (B) (C) (D) | 56 - (A) (B) (C) (D) |
| 09 - (A) (B) (C) (D) | 21 - (A) (B) (C) (D) | 33 - (A) (B) (C) (D) | 45 - (A) (B) (C) (D) | 57 - (A) (B) (C) (D) |
| 10 - (A) (B) (C) (D) | 22 - (A) (B) (C) (D) | 34 - (A) (B) (C) (D) | 46 - (A) (B) (C) (D) | 58 - (A) (B) (C) (D) |
| 11 - (A) (B) (C) (D) | 23 - (A) (B) (C) (D) | 35 - (A) (B) (C) (D) | 47 - (A) (B) (C) (D) | 59 - (A) (B) (C) (D) |
| 12 - (A) (B) (C) (D) | 24 - (A) (B) (C) (D) | 36 - (A) (B) (C) (D) | 48 - (A) (B) (C) (D) | 60 - (A) (B) (C) (D) |

## SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/c8Wm>

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****LÍNGUA PORTUGUESA***Fabício Dutra***Texto 1**

A semiótica, uma área relativamente recente das Ciências Humanas, originou-se em três regiões distintas: Estados Unidos, antiga União Soviética e Europa Ocidental. Esse campo estuda todas as formas de linguagem, sejam elas orais, verbais ou gestuais. Derivada do grego *semeion*, que significa "ciência dos signos", a semiótica é a ciência dos signos, entendidos como formas de linguagem, verbais ou não.

O objetivo da semiótica é investigar como se constituem os fenômenos de produção de significados e sentidos, explorando todas as linguagens possíveis. A interação humana com o mundo se dá através de uma rede de linguagem que organiza os sinais, imagens e gráficos presentes no cotidiano, incluindo os sinais de trânsito.

No Brasil, os sinais de trânsito são regidos pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e têm a função de promover atitudes éticas e seguras no trânsito. Essas convenções são comunicadas por sinais aos motoristas, assegurando a segurança de veículos, motoristas, pedestres e animais.

Entender e respeitar esses sinais é crucial para a segurança. Em 2012, o trânsito causou 46.051 mortes no Brasil, segundo o Ministério da Saúde. Para reduzir essas fatalidades, especialmente em colisões frontais, as punições para infrações de trânsito foram endurecidas em 2014. Por exemplo, a multa por ultrapassagem indevida subiu de R\$ 191,54 para R\$ 957,70.

Este artigo analisa parte do CTB, focando no subsistema de regulamentação de ultrapassagem, dentro do sistema nacional de sinalização. A regulamentação da ultrapassagem inclui determinações legais, placas de sinalização e pinturas nas pistas, especialmente as marcas longitudinais que regulam a ultrapassagem: a linha de divisão de fluxos opostos (LFO) e a linha de divisão de fluxos de mesmo sentido (LMS). Essas linhas orientam as ações dos usuários das vias, comunicando significados tanto para pedestres quanto para motoristas por meio de suas representações gráficas e simbólicas.

**01.** Sobre as informações do texto acima, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

- I. A semiótica estuda todas as formas de linguagem, incluindo sinais, imagens e gráficos.
- II. No Brasil, os sinais de trânsito são regidos pelo Código de Trânsito Brasileiro para promover a segurança no trânsito.
- III. Em 2012, o trânsito causou 46.051 mortes no Brasil, obrigando o governo a promover aumento das multas em 2014 para reduzir acidentes.
- IV. A regulamentação de ultrapassagem é orientada principalmente por placas de sinalização e não pelas marcas longitudinais nas pistas.

Está(ão) correta(s):

- a) I e III
- b) III e IV
- c) I e IV
- d) I e II

**02.** O texto apresenta como marca as seguintes tipologias:

- a) narrativa e argumentativa
- b) expositiva e descritiva
- c) injuntiva e instrucional
- d) argumentativa e descritiva

**03.** Sobre os aspectos gramaticais do texto acima, julgue os itens a seguir:

- I. Em 'A semiótica, uma área relativamente recente das Ciências Humanas, originou-se', a partícula 'se' não poderia ser deslocada para antes do verbo.
- II. Em 'Esse campo estuda todas as formas de linguagem', a expressão sublinhada retoma 'a semiótica'.
- III. Em 'O objetivo da semiótica é investigar como se constituem os fenômenos de produção de significados', a expressão sublinhada poderia ser substituída por 'de que forma se dá'.

Está(ão) correto(s)

- a) Apenas I
- b) Apenas II
- c) Apenas III
- d) I e II

**04.** No trecho 'Em 2014, com o objetivo de reduzir essas mortes, especialmente as decorrentes de colisões frontais, as punições para infrações de trânsito foram endurecidas', a preposição 'com' introduz segmento com valor de:

- a) modo
- b) conformidade
- c) companhia
- d) causa

**05.** Assinale a opção que apresenta uma palavra que tenha 7 sílabas, um prefixo, um radical e um sufixo.

- a) simultaneamente
- b) inexperiente
- c) infelizmente
- d) descontinuamente

**06.** Transpondo-se a oração a seguir para a voz ativa 'os sinais de trânsito são regidos pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB)', teremos:

- a) O Código de Trânsito Brasileiro (CTB) é regido pelos sinais de trânsito.
- b) Os sinais de trânsito regem o Código de Trânsito Brasileiro (CTB)
- c) O Código de Trânsito Brasileiro (CTB) regem os sinais de trânsito.
- d) Código de Trânsito Brasileiro (CTB) rege os sinais de trânsito.

### Texto 2

O Tribunal Regional Federal (TRF) é uma instituição essencial no sistema judiciário brasileiro, responsável por julgar, em segunda instância, causas federais de sua região, que \_\_\_\_\_ (I. engloba / englobam) questões como crimes contra o sistema financeiro, direitos previdenciários, execuções fiscais da União e de suas autarquias, entre outras. Com o objetivo de assegurar a correta aplicação das leis federais, o TRF analisa os recursos interpostos contra decisões dos juízes federais de primeira instância. \_\_\_\_\_ (II. No entanto / Além disso), o tribunal desempenha um papel crucial na garantia dos direitos fundamentais e na promoção da justiça social, contribuindo \_\_\_\_\_ (III. com / para) a eficácia e eficiência do Judiciário. A atuação do TRF é marcada pela imparcialidade, transparência e compromisso com o Estado Democrático de Direito.

**07.** Assinale alternativa que preencha corretamente as lacunas apresentadas no texto.

- a) engloba / No entanto / com
- b) englobam / No entanto / para
- c) engloba / Além disso / para
- d) englobam / Além disso / para

**08.** A atuação do TRF é marcada pela imparcialidade. Sobre o trecho acima, assinale a alternativa correta quanto à sua estrutura sintática.

- a) sujeito / verbo de ligação / predicativo
- b) sujeito / verbo de ligação / agente da passiva
- c) sujeito / locução verbal de voz passiva / agente da passiva
- d) sujeito / locução verbal de voz ativa / agente da passiva

**09.** 'o tribunal desempenha um papel crucial na garantia dos direitos fundamentais e na promoção da justiça social'.

No trecho acima, os termos destacados exercem as seguintes funções sintáticas:

- a) Complemento nominal / Complemento nominal
- b) Adjunto adnominal / Predicativo do objeto
- c) Complemento nominal / Objeto indireto
- d) Adjunto adnominal / Complemento nominal.

**10.** No texto 2, o termo 'como' tem papel:

- a) causal
- b) comparativo
- c) exemplificativo
- d) conformativo

## **NOÇÕES DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

*Lilian Novakoski*

**11.** A Lei nº 13.146/2015 instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência assinale a alternativa incorreta:

- a) A pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário, sobretudo com a finalidade de proteção e socorro em algumas circunstâncias previstas na lei.
- b) A pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário, sobretudo com a finalidade de acesso a informações e disponibilização de recursos de comunicação acessíveis, sendo esse direito extensível ao seu acompanhante ou ao seu atendente pessoal.
- c) O poder público deve assegurar o acesso da pessoa com deficiência à justiça, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, garantindo, sempre que requeridos, adaptações e recursos de tecnologia assistiva.
- d) Os serviços notariais e de registro não podem negar ou criar óbices ou condições diferenciadas à prestação de seus serviços em razão de deficiência do solicitante, devendo reconhecer sua capacidade legal plena, garantida a acessibilidade.

**12.** Com base na Lei n.º 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) assinale a alternativa correta:

- a) Os serviços notariais e de registro não podem negar ou criar óbices, salvo condições diferenciadas em razão de uma deficiência, na prestação de seus serviços em razão de deficiência do solicitante, devendo reconhecer sua capacidade legal plena, garantida a acessibilidade.
- b) Para emissão de documentos oficiais, não será exigida a situação de curatela da pessoa com deficiência.
- c) Maria é viúva, sem filhos, idosa com 70 anos e com deficiência mental que a incapacita para atos da vida civil. Maria vive com sua sobrinha, Joana, que também é sua curadora. A família, acreditando que a idosa vinha sendo negligenciada por Joana, que impedia qualquer familiar de visitar Maria, após uma vizinha relatar que a idosa aparenta estar muito magra e que Joana as vezes fica dias sem aparecer na casa, ficando a idosa sozinha, sem qualquer assistência, buscaram as autoridades policiais. Em investigações policiais, foi constatado, além dos maus tratos, que Joana retirava todo o valor do benefício previdenciário de Maria e transferia para sua conta poupança. Neste caso, Joana cometeu crime, previsto aumento em  $\frac{1}{2}$  da pena no Estatuto da Pessoa com Deficiência.
- d) A pessoas com deficiência será assegurado o direito de votar e de ser votada, devendo ter a garantia do livre exercício do direito ao voto e, para tanto, sempre que necessário e independente de pedido, permissão para que a pessoa com deficiência seja auxiliada na votação por pessoa capacitada pela Justiça Eleitoral para auxiliar.

**13.** A Lei Brasileira de Inclusão prevê que a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida:

- a) Acessibilidade
- b) Barreiras
- c) Tecnologia assistiva ou ajuda técnica
- d) Desenho Universal

## NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

*André Rocha*

**14.** A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotados pelo Governo Federal, isoladamente ou em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios ou particulares, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos no Brasil.

Assinale a alternativa que não traz um princípio da PNRS.

- a) O reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania.
- b) O direito da sociedade à informação e ao controle social.
- c) A visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública.
- d) O estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços.

**15.** A Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), instituída pela Lei nº 12.187/2009, e as ações dela decorrentes, executadas sob a responsabilidade dos entes políticos e dos órgãos da administração pública, devem observar os princípios da precaução, da prevenção, da participação cidadã, do desenvolvimento sustentável e o das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, este último no âmbito internacional.

Assinale a alternativa que não corresponde a uma definição correta da referida política.

- a) Adaptação são iniciativas e medidas para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos frente aos efeitos atuais e esperados da mudança do clima.
- b) Impactos são mudanças no meio físico ou biota resultantes da mudança do clima que tenham efeitos deletérios significativos sobre a composição, resiliência ou produtividade de ecossistemas naturais e manejados, sobre o funcionamento de sistemas socioeconômicos ou sobre a saúde e o bem-estar humanos.
- c) Fonte é o processo ou atividade que libere na atmosfera gás de efeito estufa, aerossol ou precursor de gás de efeito estufa.
- d) Mudança do clima é a mudança de clima que possa ser direta ou indiretamente atribuída à atividade humana que altere a composição da atmosfera mundial e que se some àquela provocada pela variabilidade climática natural observada ao longo de períodos comparáveis.

**16.** A Resolução do CNJ nº 400/2021, alterada pela Resolução nº 550/2024, dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário com fundamento, entre outras referências, na Agenda 2030, que contempla os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), baseados nas dimensões do desenvolvimento sustentável – econômica, social, ambiental e institucional – de forma integrada, indivisível e transversal para o atingimento das metas associadas.

Sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, assinale a alternativa correta.

- a) As aquisições e contratações efetuadas pelos órgãos do Poder Judiciário devem observar os critérios de sustentabilidade, que são parâmetros utilizados para avaliação e comparação de bens, materiais ou serviços em função do seu impacto ambiental, social e econômico.
- b) Deliberar sobre os indicadores e metas do Plano de Logística Sustentável (PLS) é uma competência da unidade de sustentabilidade em conjunto com as unidades executoras do Plano.
- c) O controle de emissão de dióxido de carbono dar-se-á pelo uso de alternativas à utilização de combustíveis renováveis e pela realização de campanhas de plantio de árvores, contra o desmatamento e as queimadas nas florestas.
- d) A unidade de sustentabilidade do PLS deve ser presidida por um(a) magistrado(a) e composta por, no mínimo, 5 (cinco) servidores(as) titulares de unidade.

---

**ATOS NORMATIVOS**

---

*Emerson Bruno*

**17.** Conforme previsto no Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal (Res. CJF 147/2011), marque a afirmativa INCORRETA.

- a) O Código de Conduta aplica-se a todos os servidores e gestores do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.
- b) O Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus integrará todos os contratos de estágio e de prestação de serviços, de forma a assegurar o alinhamento entre os colaboradores.
- c) Recursos, espaço e imagem do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus poderão, desde que indiretamente relacionados ao interesse público, ser usados para atender a interesses pessoais, políticos ou partidários.
- d) O servidor ou gestor que, por força de seu cargo ou de suas responsabilidades, tiverem acesso a informações do órgão em que atuam ainda não divulgadas publicamente deverão manter sigilo sobre seu conteúdo.

**18.** A conduta dos destinatários do Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal (Res. CJF 147/2011) deverá ser pautada pelos seguintes princípios, EXCETO:

- a) integridade.
- b) eficiência.
- c) lisura.
- d) transparência.

**19.** O Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal (Res. CJF 147/2011) institui regras sobre a responsabilidade socioambiental da Justiça Federal. Assim, o Conselho e a Justiça Federal de primeiro e segundo graus exigirão de seus servidores, no exercício de seus misteres, responsabilidade social e ambiental através de, EXCETO:

- a) práticas que favoreçam a inclusão social.
- b) práticas que combatam o desperdício de recursos naturais.
- c) práticas que evitem danos ao meio ambiente.
- d) práticas que privilegiem o crescimento econômico.

---

**LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS  
PESSOAIS (LGPD)**

---

*Herbert Almeida*

**20.** A Autoridade Nacional de Proteção de Dados é responsável, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, por

- a) zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD em todo o território nacional.
  - b) atuar como canal de comunicação entre os titulares de dados pessoais sensíveis.
  - c) obter o consentimento do titular para transferência internacional de dados pessoais.
  - d) realizar o tratamento de dados pessoais sensíveis em nome do controlador.
-



**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****DIREITO ADMINISTRATIVO***Antônio Daud*

**21.** Considerando a disciplina dos Atos Administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) A motivação do ato consiste na indicação das justificativas que levaram à prática do ato, não se admitindo sua substituição pela referência a pareceres.
- b) O ato administrativo é considerado válido se cumpriu todas as etapas para sua formação.
- c) O silêncio administrativo produzirá os mesmos efeitos jurídicos que o ato administrativo.
- d) É cabível a convalidação parcial de atos administrativos, com efeitos retroativos.

**22.** Em relação ao regramento constitucional aplicável aos agentes públicos, assinale a alternativa que está de acordo com a jurisprudência vinculante do Supremo Tribunal Federal (STF):

- a) É constitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais a índices federais de correção monetária.
- b) A garantia do salário-mínimo refere-se ao valor global da remuneração percebida pelo servidor público.
- c) O Judiciário está autorizado, em apelo ao princípio da isonomia, a aumentar remunerações dos servidores públicos.
- d) Funcionário em estágio probatório pode ser exonerado sem as formalidades legais de apuração de sua capacidade.

**23.** É correto afirmar que um tribunal regional federal (TRF):

- a) tem seu pessoal admitido sob vínculos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

- b) submete-se à teoria geral da responsabilidade civil subjetiva.
- c) possui patrimônio e personalidade jurídica próprios.
- d) consiste em órgão público da administração direta.

**24.** A respeito do princípio constitucional da impessoalidade, pode-se concluir corretamente que:

- a) a despeito de não estar expresso na Constituição Federal, relaciona-se à finalidade da atuação estatal.
- b) informa que os agentes públicos somente pratiquem as condutas previstas em lei.
- c) exige a observância de padrões éticos por parte dos agentes públicos.
- d) veda a promoção pessoal dos agentes públicos às custas dos feitos da Administração.

**25.** Segundo dispõe a Lei 8.112/1990, a demissão NÃO será aplicada ao servidor no seguinte caso:

- a) crime contra a administração pública.
- b) incontinência pública.
- c) conduta escandalosa na repartição.
- d) ausência do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato.

**26.** Assinale a alternativa que menciona hipótese de licitação dispensável prevista no art. 75 da Lei 14.133/2021:

- a) objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.
- b) locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.
- c) contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual.
- d) aquisição de medicamentos destinados ao tratamento de doenças raras.

**27.** Tomando por base tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), é correto afirmar que considera-se constitucional a delegação do poder de polícia:

- a) a quaisquer pessoas jurídicas de direito privado que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado.
- b) por meio de lei ou outros atos normativos de caráter geral, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública, que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado sob regime não concorrencial.
- c) por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes ou não da Administração Pública, que prestem serviço público de atuação própria do Estado ou explorem atividades econômicas em sentido estrito.
- d) por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública, que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado em regime não concorrencial.

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

*Adriane Fauth*

**28.** Mévio, estudante de direito, questionou o seu professor acerca da classificação, quanto à eficácia e à aplicabilidade, da norma que se extrai do disposto no art. 39, caput, da Constituição da República de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/1998, preceito que foi considerado inconstitucional, pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de cognição sumária. Eis o teor do preceito: “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes”. O professor respondeu corretamente que estamos perante norma de eficácia.

- a) relativa e aplicabilidade integrativa.
- b) limitada e de princípio programático.
- c) contida e aplicabilidade imediata.
- d) limitada e de princípio institutivo.

**29.** O Tribunal Regional Federal da 5ª região, ao julgar recurso de apelação, julgou válida lei local que fora contestada em face de lei federal. Nesse caso, exauridas as instâncias ordinárias e preenchidos os demais requisitos exigidos, o acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal é suscetível de ser impugnado mediante:

- a) recurso ordinário, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça;
- b) recurso especial, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça;
- c) recurso extraordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal;
- d) recurso ordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.

**30.** Os servidores de determinado órgão do Poder Judiciário do Estado XX indignados com a não realização, pelo quinto ano consecutivo, da revisão geral anual, contrataram advogado para saber qual autoridade ou órgão deveria elaborar o projeto de lei e quais as consequências pela sua não elaboração. O advogado respondeu corretamente que a iniciativa é privativa do:

- a) governador do Estado, e a não apresentação do projeto gera direito subjetivo a indenização;
- b) Tribunal de Justiça, e a não apresentação do projeto gera direito subjetivo a indenização;
- c) governador do Estado, e a não apresentação do projeto não gera direito subjetivo a indenização, mas devem ser declinadas as razões pelas quais não propôs a revisão;
- d) governador do Estado, de modo que cabe ao Poder Judiciário determinar ao chefe do Executivo que apresente o projeto de lei, podendo inclusive fixar o respectivo índice de correção.

**31.** Adalberto é juiz estadual e nunca reteve autos injustificadamente além do prazo legal, sempre devolvendo-os ao cartório com o despacho ou decisão devida. Ele exerce sua função na mesma entrância para a qual foi promovido por antiguidade há dois anos, tendo figurado por cinco vezes alternadas na lista de merecimento para promoção de entrância para entrância e integrando atualmente a primeira quinta parte da lista de antiguidade. Em conformidade com a Constituição Federal de 1988 e considerando apenas os dados fornecidos, Adalberto:

- a) não pode ser promovido por merecimento, pois tal promoção pressupõe o tempo mínimo de três anos de exercício na respectiva entrância.
- b) não pode ser promovido por merecimento, pois para tanto é obrigatória a promoção do juiz que figure por três vezes consecutivas em lista de merecimento.
- c) deve ser promovido por merecimento, respeitadas as normas incidentes na espécie.
- d) deve ser promovido por merecimento, sendo que o tribunal somente poderá recusar tal promoção pelo voto fundamentado de dois quintos de seus membros, conforme procedimento próprio, e assegurada ampla defesa, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação.

**32.** Referente ao Título VIII, da Ordem Social da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- a) Serão isentas de contribuição para a seguridade social todas as entidades de assistência social.
- b) Os benefícios ou serviços da seguridade social poderão ser criados, majorados ou estendidos sem a correspondente fonte de custeio total.
- c) A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, poderá contratar com o poder público e dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

d) A respeito da Ordem Social, o Estado exercerá a função de planejamento das políticas sociais, assegurada, na forma da lei, a participação da sociedade nos processos de formulação, de monitoramento, de controle e de avaliação dessas políticas.

**33.** Marcio, brasileiro naturalizado, 32 anos é casado com Ana, que ocupa o cargo de Senadora do estado Alfa. Márcio pretende candidatar-se ao cargo de Governador do mesmo estado que sua esposa representa. À luz da sistemática constitucional e dos dados da narrativa, é correto afirmar que:

- a) Márcio não poderá se candidatar a Governador em virtude da inelegibilidade reflexa.
- b) Márcio é elegível para o referido cargo.
- c) Caso Márcio seja eleito, Ana não poderá concorrer à reeleição nas eleições seguintes.
- d) Márcio não poderá se candidatar pois não tem a idade mínima exigida para o cargo.

**34.** No que tange ao processo legislativo, assinale a assertiva correta.

- a) A Constituição Federal poderá ser emendada mediante proposta de um terço das assembleias legislativas das unidades da Federação, desde que haja manifestação, em cada uma delas, da maioria relativa de seus membros.
- b) As medidas provisórias terão sua votação iniciada no Senado Federal.
- c) As leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, que deverá solicitar a delegação à Câmara dos Deputados.
- d) O “contrabando legislativo” é um termo utilizado para descrever a prática de incluir emendas, artigos ou disposições em um projeto de lei que não têm relação direta com o tema principal do projeto. Essa prática é frequentemente utilizada para aprovar medidas que poderiam enfrentar resistência se fossem apresentadas de forma isolada.

**DIREITO CIVIL***Paulo Sousa*

**35.** A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) estabelece diretrizes gerais para a aplicação das normas jurídicas no Brasil. Sobre as disposições da LINDB, assinale a alternativa correta:

- a) A LINDB aplica-se exclusivamente ao direito civil, não abrangendo outras áreas do direito como o direito penal e o direito administrativo.
- b) A LINDB estabelece que, na aplicação da lei, o juiz deve considerar os fins sociais a que ela se destina e as exigências do bem comum, mas não leva em conta as peculiaridades do caso concreto.
- c) A LINDB determina que a lei só retroage em benefício do réu, exceto nos casos em que houver disposição expressa em contrário na própria lei.
- d) A LINDB prevê que, em caso de omissão da lei, o juiz deve decidir o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.

**36.** No direito civil, as pessoas naturais possuem personalidade jurídica, a qual é essencial para o exercício de direitos e deveres na esfera civil. Sobre o início e a extinção da personalidade jurídica das pessoas naturais, assinale a alternativa correta:

- a) A personalidade jurídica da pessoa natural inicia-se com o nascimento com vida e só pode ser extinta com a morte cerebral, independentemente de qualquer outro critério.
- b) A lei brasileira considera a personalidade da pessoa natural desde o nascimento com vida, mas garantindo-lhes direitos desde a concepção.
- c) A capacidade plena da pessoa natural é adquirida automaticamente ao completar 16 anos, quando se presume que o indivíduo possui discernimento suficiente para o exercício de todos os atos da vida civil.
- d) A personalidade jurídica da pessoa natural se extingue com a morte, mas a proteção dos direitos

da personalidade, como o nome e a imagem, cessa imediatamente após o falecimento.

**37.** No direito civil, o conceito de domicílio é fundamental para determinar o local onde uma pessoa natural ou jurídica pode ser demandada ou onde certos atos jurídicos devem ser realizados. Com base na legislação brasileira, assinale a alternativa correta sobre o domicílio:

- a) O domicílio da pessoa natural é sempre o lugar onde ela mantém sua residência habitual, não sendo possível que uma pessoa tenha mais de um domicílio ao mesmo tempo.
- b) O domicílio da pessoa jurídica de direito privado é o local onde se encontram seus principais estabelecimentos, mas não pode ser fixado em um endereço diverso daquele registrado em seus atos constitutivos.
- c) O domicílio do incapaz é o lugar onde ele reside com seus pais ou tutores, mudando-se o domicílio dos pais, esse novo lugar será automaticamente considerado seu domicílio também.
- d) O domicílio necessário do militar é o lugar onde serve, e, no caso de estar casado, o domicílio será o mesmo que o de sua esposa, independentemente de onde ele esteja servindo.

**38.** No direito civil, os negócios jurídicos são atos praticados com a intenção de produzir efeitos jurídicos, criando, modificando ou extinguindo direitos. Sobre os requisitos e elementos dos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta:

- a) A validade do negócio jurídico depende exclusivamente da manifestação da vontade das partes, independentemente de qualquer outro requisito.
- b) O negócio jurídico pode ser anulado se houver erro essencial sobre a pessoa ou o objeto do negócio, mesmo que o erro seja irrelevante para a outra parte envolvida.
- c) A condição suspensiva em um negócio jurídico impede que o ato produza efeitos antes de seu implemento, mas, uma vez implementada, os efeitos retroagem à data do negócio, como se a condição nunca tivesse existido.
- d) A forma do negócio jurídico é irrelevante para sua validade, sendo o conteúdo do acordo sempre mais importante do que a maneira como ele foi realizado.

**39.** A Teoria Geral dos Contratos estabelece os princípios e normas fundamentais que regem a formação, execução e extinção dos contratos no direito civil brasileiro. Com base nesses princípios, assinale a alternativa correta:

- a) A liberdade contratual permite que as partes estabeleçam qualquer cláusula contratual, inclusive aquelas que contrariem normas de ordem pública e os bons costumes, desde que haja consenso entre elas.
- b) O princípio da função social do contrato permite que o contrato seja interpretado de forma a proteger interesses individuais das partes, ainda que isso contrarie o interesse coletivo ou social.
- c) A cláusula de revisão contratual por onerosidade excessiva (*rebus sic stantibus*) aplica-se mesmo em contratos aleatórios, nos quais a incerteza do risco é inerente à natureza do contrato.

d) O princípio da boa-fé objetiva impõe às partes, além do cumprimento literal das obrigações contratuais, o dever de agir com lealdade, transparência e cooperação durante todas as fases do contrato.

---

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

---

*Ricardo Torques*

**40.** De acordo com Código de Processo Civil as partes, atualmente, podem celebrar um “negócio jurídico processual” a fim de adaptar determinadas regras procedimentais. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, desde que antes de iniciado o processo.
- b) O juiz, a requerimento, controlará a validade das convenções recusando-lhes aplicação somente nos casos de nulidade ou de inserção abusiva em contrato de adesão ou em que alguma parte se encontre em manifesta situação de vulnerabilidade.
- c) De comum acordo, o juiz e as partes podem fixar calendário para a prática dos atos processuais. O calendário vincula as partes e o juiz, e os prazos nele previstos somente serão modificados em casos excepcionais, devidamente justificados.
- d) Não há dispensa da intimação das partes para a prática de ato processual cujas datas tiverem sido designadas no calendário.

**41.** Sobre a sentença e coisa julgada no processo civil, assinale a alternativa correta:

- a) O juiz não resolverá o mérito quando o processo ficar parado durante mais de 6 meses por negligência das partes, sendo possível a intimação pessoal para suprir a falta do ato no prazo de 5 dias.
- b) O juiz não resolverá o mérito quando reconhecer a existência de perempção, podendo reconhecer a matéria de ofício.
- c) Se o autor der causa a sentença fundada em abandono da causa por mais de uma vez, não poderá propor nova ação contra o réu com o mesmo objeto, ficando-lhe ressalvada, entretanto, a possibilidade de alegar em defesa o seu direito.
- d) Fazem coisa julgada os motivos, desde que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença.

**42.** Há litisconsórcio quando no mesmo polo do processo existe uma pluralidade de partes ligada por uma afinidade de interesses. O litisconsórcio no qual pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes, é denominado de:

- a) Unitário
- b) Simples
- c) Necessário
- d) Ulterior

**43.** O processo de execução pressupõe a certeza do direito. Dessa forma, a ideia da execução não é certificar o direito (objetivo do processo de conhecimento), trata-se de atividade que tem por finalidade realizar o direito ou satisfazê-lo. Diante desse cenário, assinale a alternativa correta sobre os embargos à execução:

- a) O executado, mediante caução, poderá se opor à execução por meio de embargos.
- b) No prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de trinta por cento do valor em execução, acrescido de

custas e de honorários de advogado, o executado poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 12 parcelas mensais.

- c) Nos embargos à execução, o executado não poderá alegar qualquer matéria que lhe seria lícito deduzir como defesa em processo de conhecimento, devendo observar o rol taxativo do art. 917.
- d) O juiz poderá, a requerimento do embargante, atribuir efeito suspensivo aos embargos quando verificados os requisitos para a concessão da tutela provisória e desde que a execução já esteja garantida por penhora, depósito ou caução suficientes.

**44.** A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando:

- I. For fundada em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou autônomo, não podendo ser demonstrada na própria ação rescisória.
- II. Obtiver o autor, posteriormente ao trânsito em julgado, prova nova cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável
- III. For proferida por juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente ou ainda quando for proferida por força de prevaricação, concussão ou corrupção do juiz.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e III
- b) Apenas II
- c) I e II
- d) II e III

**DIREITO PENAL***Renan Araújo*

**45.** Acerca da lei penal no tempo e no espaço, assinale a alternativa incorreta:

- a) A nova lei penal mais grave não se aplica ao crime permanente, ainda que o início de sua vigência se dê antes da cessação da permanência.
- b) A abolitio criminis faz cessar a execução da pena e os demais efeitos penais da condenação.
- c) A lei excepcional não possui data certa no calendário para sua autorrevogação.
- d) Adota-se no Brasil o princípio da territorialidade mitigada em relação à aplicação da lei penal no espaço.

**46.** Desejando matar Sandra, Célio desferiu cinco facadas no abdome da vítima. Acreditando que Sandra já estaria morta, Célio se dirige a uma ponte da cidade e joga o corpo da vítima no rio, com o fim de ocultar o cadáver e garantir a impunidade do crime. Uma semana depois o corpo de Sandra é encontrado e a perícia criminal aponta que, apesar dos ferimentos decorrentes das facadas, a vítima morreu em razão de traumatismo craniano, decorrente do impacto da cabeça na pilastra da ponte, pois ainda se encontrava viva quando foi arremessada por Célio.

Nesse caso, é correto afirmar que houve:

- a) dolo geral ou dolo por erro sucessivo, devendo Célio responder por dois crimes: homicídio tentado e homicídio culposo.
- b) dolo geral ou dolo por erro sucessivo, devendo Célio responder por homicídio doloso consumado.
- c) dolo eventual, devendo Célio responder por homicídio doloso consumado.
- d) dolo direto de segundo grau, devendo Célio responder por homicídio doloso consumado.

**47.** Acerca da consumação, da tentativa e dos institutos correlatos, assinale a alternativa correta:

- a) Pune-se o crime tentado sempre com a pena relativa ao crime consumado, reduzida de um a dois terços.
- b) A desistência voluntária e o arrependimento eficaz geram extinção da punibilidade.
- c) A espontaneidade não é pressuposto para a caracterização da desistência voluntária, bastando que o agente desista de prosseguir na execução por ato voluntário.
- d) O arrependimento posterior gera redução de pena de um a dois terços, devendo ser concedido o benefício na fração mínima em caso de reparação parcial do dano.

**48.** Sobre os crimes contra a administração pública, assinale a alternativa correta:

- a) O crime de peculato tem como objeto material dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, desde que público, que esteja na posse do funcionário público em razão da função.
- b) O crime de contrabando tem a pena aumentada em um terço se praticado por meio de transporte aéreo, marítimo ou fluvial.
- c) O crime de usurpação de função pública se caracteriza independentemente da obtenção de vantagem pelo infrator.
- d) O crime de advocacia administrativa é considerado um crime próprio, somente podendo ser praticado pelo funcionário público que é advogado.

**DIREITO PREVIDENCIÁRIO***Adriana Menezes*

**49.** O segurado especial é segurado obrigatório do regime geral de previdência social (RGPS), atendidos os requisitos dispostos na Lei n. 8.213/91. Assinale a alternativa que traz hipótese que descaracteriza a condição de segurado especial:

- a) a exploração da atividade turística da propriedade rural, inclusive com hospedagem, por não mais de 120 (cento e vinte) dias ao ano.
- b) a participação em plano de previdência complementar instituído por entidade classista a que seja associado em razão da condição de trabalhador rural ou de produtor rural em regime de economia familiar.
- c) a associação em cooperativa agropecuária ou de crédito rural.
- d) a outorga, por meio de contrato escrito de parceria de imóvel rural cuja área total não seja superior a 8 (oito) módulos fiscais, desde que outorgante e outorgado não continuem a exercer a respectiva atividade, individualmente ou em regime de economia familiar.

**50.** Em relação aos benefícios do regime geral de previdência social (RGPS), assinale a opção correta.

- a) A aposentadoria por incapacidade permanente (aposentadoria por invalidez) deverá ser concedida automaticamente se o segurado estiver em gozo de auxílio por incapacidade temporária por mais de 02 anos ininterruptos.
- b) Os benefícios de pensão por morte, auxílio-reclusão e auxílio-acidente prescindem de carência mínima de contribuições ao RGPS.
- c) O valor da aposentadoria por incapacidade permanente (aposentadoria por invalidez) do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de 25%, ainda que o valor da aposentadoria atinja o limite máximo legal.
- d) A pensão por morte será devida ao conjunto de dependentes do segurado que falecer, a contar da data do óbito, quando requerida em até 30 dias após o óbito.

**51.** João, segurado do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) na categoria de empregado, obteve a aposentadoria especial, após 25 anos de contribuição e efetiva exposição a agente físico prejudicial à saúde e 60 anos de idade. Já aposentado, João continuou trabalhando na mesma empresa, porém em setor diverso daquele que gerou sua aposentadoria, agora exposto efetivamente a agente químico prejudicial à saúde. Considerando os fatos narrados e o disposto na legislação previdenciária, assinale a afirmativa correta.

- a) João receberá o equivalente a 50% do valor da sua aposentadoria especial enquanto permanecer em atividade.
- b) Não haverá qualquer consequência na aposentadoria especial recebida por João, vez que o agente a que está exposto, prejudicial à saúde é diverso daquele que gerou sua aposentação.
- c) A aposentadoria ficará suspensa enquanto João permanecer no emprego, cabendo à empresa lhe pagar o valor do benefício.
- d) A aposentadoria especial de João será cessada.



52. À luz das normas constitucionais e legais acerca dos regimes próprios de previdência social e do regime de previdência complementar dos servidores públicos, analise as afirmativas abaixo e assinale Verdadeiro (V) ou Falso (F):

1. ( ) Aplica-se o RGPS ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público.
2. ( ) Com a reforma da previdência trazida pela Emenda Constitucional n. 103/2019, a instituição de regime de previdência complementar para os servidores públicos ocupantes de cargos efetivos passou a ser imposição constitucional.
3. ( ) As regras para cálculo de proventos de aposentadoria do servidor público amparado por regime próprio de previdência social e o tempo de contribuição exigido para a aposentadoria voluntária serão disciplinados em lei complementar federal.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo:

- a) V - V - V
- b) V - V - F
- c) V - F - V
- d) F - F - V

## DIREITO TRIBUTÁRIO

*Fernando Maurício*

53. Entre as situações abaixo, a única que, necessariamente, se submete ao Princípio da Legalidade é:

- a) Redução e restabelecimento de alíquota da CIDE-Combustíveis.
- b) Fixação de alíquota do ICMS-Combustível.
- c) Atualização da Base de Cálculo do IPTU, conforme critérios estabelecidos em lei municipal.
- d) Alteração da alíquota do ITR.

54. Em relação aos conceitos de obrigação tributária, fato gerador, sujeito passivo e sujeito ativo, analise as seguintes afirmativas e escolha a **incorreta**:

- a) A obrigação principal nasce com a ocorrência do fato gerador, sendo seu objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária, e sua extinção ocorre juntamente com o crédito tributário dela resultante.
- b) A obrigação acessória refere-se ao pagamento de juros, multas e acréscimos financeiros, enquanto a obrigação principal diz respeito ao pagamento de tributos.
- c) A obrigação acessória deriva da legislação tributária, tendo como objeto as obrigações, positivas ou negativas, previstas para assegurar a arrecadação ou a fiscalização dos tributos.
- d) O fato gerador da obrigação principal é a situação prevista em lei como necessária e suficiente para sua ocorrência.

55. Julgue as alternativas a seguir de acordo com o CTN, em relação ao crédito tributário, lançamento e modalidades de lançamento:

I-) O lançamento por declaração ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa.

II-) Se a lei não fixar prazo a homologação, será ele de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, ainda que seja comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

III-) Não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, visando à extinção total ou parcial do crédito.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) III, apenas.

56. A respeito da Fiscalização, conforme dispõe o CTN, julgue os itens a seguir:

- I-) A legislação tributária aplica-se às pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive às que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal.
- II-) É vedada a divulgação de informações relativas a representações fiscais para fins penais.
- III-) Não é vedada a divulgação de informações relativas inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I e II.
- b) I.
- c) I, II e III.
- d) I e III.

## **DIREITO DO CONSUMIDOR**

*Rodrigo Francelino*

57. Com base no Código de Defesa do Consumidor (CDC), assinale a alternativa correta.

- a) Pessoas jurídicas não podem ser enquadradas na condição de consumidoras por faltarem a condição de vulneráveis.
- b) São equiparadas a consumidores apenas as pessoas que intervierem na relação de consumo, ainda que determináveis.
- c) Entes despersonalizados brasileiros e estrangeiros não podem ser enquadrados como consumidores para os fins do CDC.
- d) Os serviços prestados à contratante em razão de vínculo trabalhista não podem atrair as regras do CDC.

58. Sobre o superendividamento nas relações de consumo assinale a alternativa correta.

- a) Entende-se por superendividamento a impossibilidade manifesta de o consumidor pessoa natural, de boa-fé, pagar a totalidade de suas dívidas de consumo, exigíveis e vincendas, sem comprometer seu mínimo existencial, nos termos da regulamentação.
- b) As dívidas oriundas do superendividamento englobam quaisquer compromissos financeiros assumidos decorrentes de relação de consumo, exceto as operações de crédito, compras a prazo e serviços de prestação continuada.
- c) O superendividamento se aplica ao consumidor cujas dívidas tenham sido contraídas mediante fraude ou má-fé, sejam oriundas de contratos celebrados dolosamente com o propósito de não realizar o pagamento ou decorram da aquisição ou contratação de produtos e serviços de luxo de alto valor.
- d) As informações referidas superendividamento poderão constar de forma clara e resumida do próprio contrato, da fatura ou de instrumento apartado, de fácil acesso ao consumidor.

59. Ana Clara efetuou a compra de um computador, por meio de um site de compras famoso, mas logo em seguida se arrependeu da compra ao perceber que o ato iria comprometer o seu orçamento. Neste caso:

- a) Ana Clara poderá desistir do contrato, no prazo de 7 dias a contar do ato de recebimento do computador
- b) Ana Clara poderá desistir do contrato, no prazo de 7 dias úteis a contar do ato de recebimento do computador
- c) Ana Clara poderá desistir do contrato, no prazo de 5 dias úteis a contar do ato de recebimento do computador
- d) Ana Clara poderá desistir do contrato, no prazo de 5 dias a contar do ato de recebimento do computador

**59.** Em relação à disciplina do Código de Defesa do Consumidor sobre os bancos de dados e cadastros de consumidores, assinale a afirmativa correta.

- a) Os cadastros e dados de consumidores devem ser objetivos, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, não podendo conter informações negativas referentes a período superior a três anos.
- b) A abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deverá ser comunicada por escrito ao consumidor quando for solicitada pelo fornecedor.
- c) O consumidor, sempre que encontrar inexatidão nos seus dados e cadastros, poderá exigir sua imediata correção, devendo o arquivista, no prazo de cinco dias, comunicar a alteração aos eventuais destinatários das informações incorretas.
- d) Os Sistemas de Proteção ao Crédito poderão fornecer informações que possam impedir ou dificultar novo acesso ao crédito, desde que assegurada ao consumidor a prerrogativa de exigir sua imediata correção, sempre que encontrar inexatidão nos seus dados e cadastros.

**60.** Em relação à disciplina do Código de Defesa do Consumidor sobre os bancos de dados e cadastros de consumidores, assinale a afirmativa correta.

- a) Os cadastros e dados de consumidores devem ser objetivos, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, não podendo conter informações negativas referentes a período superior a três anos.
- b) A abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deverá ser comunicada por escrito ao consumidor quando for solicitada pelo fornecedor.
- c) O consumidor, sempre que encontrar inexatidão nos seus dados e cadastros, poderá exigir sua imediata correção, devendo o arquivista, no prazo de cinco dias, comunicar a alteração aos eventuais destinatários das informações incorretas.
- d) Os Sistemas de Proteção ao Crédito poderão fornecer informações que possam impedir ou dificultar novo acesso ao crédito, desde que assegurada ao consumidor a prerrogativa de exigir sua imediata correção, sempre que encontrar inexatidão nos seus dados e cadastros.

## Discursiva

O problema do modelo econômico tradicional é o fato de não considerar o meio ambiente, baseando-se apenas em ganhos com a produtividade e ignorando que nenhuma atividade econômica será viável se a natureza fornecedora dos recursos materiais e energéticos estiver comprometida. Contudo, o crescimento econômico não pode sensatamente ser considerado um fim em si mesmo, tendo de estar relacionado sobretudo com a melhoria da qualidade de vida e da própria vida, afinal a vida é o maior de todos os valores.

De fato, a única porta de saída para a crise ambiental é a economia, que deve ser rediscutida e redesenhada no intuito de levar em consideração o meio ambiente e suas complexas relações. Apesar de uma ou outra análise pontual, o fato é que por muito tempo a economia ignorou a ecologia, como se esta não fosse o pano de fundo daquela. Um bom exemplo disso é o Produto Interno Bruto (PIB), que, além de ignorar a dimensão ambiental, pode considerar a degradação como algo positivo.

A Constituição Federal de 1988 consagrou o desenvolvimento sustentável ao afirmar no artigo 225 que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e de preservá-lo para as presentes e futuras gerações". O mesmo ocorre com a Lei 6.938/81, que dispõe no inciso I do artigo 4º que a Política Nacional do Meio Ambiente visará à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico. O meio ambiente é tão importante que foi transformado pelo inciso VI do artigo 170 da Constituição Federal em um princípio da ordem econômica, passando a se compatibilizar com ele os princípios da livre-iniciativa e da livre concorrência.

É um reconhecimento de que não se pode tratar a problemática econômica sem lidar com a questão ambiental, pois, se o Estado tem a obrigação de promover o desenvolvimento, esse desenvolvimento tem a obrigação de ser ecologicamente correto.

Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2014/08/25/desenvolvimento-economico-x-crise-ambiental-a-superacao-da-dicotomia-entrevista-com-sergio-besserman-vianna/>. Acesso em 14 de julho de 2021.

Considerando o caráter meramente motivador do fragmento de texto acima, redija um texto dissertativo-argumentativo que responda ao seguinte questionamento: **é possível aliar crescimento econômico e preservação ambiental?**

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.  
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>

---